

Nossa Senhora da Conceição da Praia, a primeira igreja da Cidade do Salvador

Quando comecei a interessar-me pelo problema das primeiras igrejas da nossa cidade e, portanto, pela ermida primitiva da Conceição da Praia, não pude furtar-me a uma indagação que pertinazmente se me insinuava: "Como se explica, em eras tão recuadas, a devoção especial de Tomé de Sousa pelo privilégio da conceição imaculada de Nossa Senhora, quando só trezentos anos mais tarde, a 8 de dezembro de 1854, a Igreja se atreveu a erigir a crença no dogma definido pela bula *Ineffabilis Deus*, de Pio IX?"

E então, tomando a capela de pindoba de Tomé de Sousa como ponto de partida, fui retrocedendo pelos fastos do Reino, à procura das raízes portuguesas do culto a Nossa Senhora da Conceição.

AS RAÍZES HISTÓRICAS DO CULTO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM PORTUGAL

Foi uma incursão cheia de surpresas por um passado calçado de fé, referto de misticismo empolgante, que explica mais de

um feito heróico daqueles pugilos de homens, que plasmaram a nacionalidade lusitana.

Por avanços e recuos vi-me, finalmente, obrigado a estacar na época de D. Dinis, o Lavrador⁽¹⁾. No fim do seu longo reinado, pude plantar a estaca zero das minhas indagações.

Data da terceira década do Século XIV a instituição oficial da festa da Conceição, na catedral de Coimbra, pelo Bispo D. Raimundo, "assim como fazem pelas outras terras e como a ela mandou fazer"⁽²⁾.

A devoção já contava então 400 anos na Hungria e cêrca de 300, na Inglaterra⁽³⁾.

Na mesma época, a mulher de D. Dinis, D. Isabel, a Rainha Santa, que, por vêzes, a lenda confunde com Santa Isabel da Hungria, a das rosas, mandou erigir, no Convento da Trindade, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, a primeira desta invocação que houve em Lisboa⁽⁴⁾.

Foi um Governo de atividade febril êsse de D. Dinis, de quem Camões afirma:

Nobres vilas de nôvo edificou,
Fortalezas, castelos mui seguros,
E quase todo o Reino reformou
Com edificios grandes e altos muros⁽⁵⁾.

Mais sucintos e completos a seu respeito são dois versos dos *Poemas Lusitanos*:

Regeu, edificou, lavrou, venceu,
Honrou as musas, postou e leu⁽⁶⁾.

Nada dizem êstes poetas da sua contraditória e rude piedade, que, de quando em quando, parece ter sido subordinada às conveniências do Reino, como se vê pela extinção da Ordem dos Templários e a transferência dos seus bens para a Ordem de Cristo, e não para a dos Hospitalários, como queria o Papa. De um lado, provocou as autoridades eclesiásticas, proibindo o acúmulo de terras em poder das instituições religiosas, e, de outro, com evidente fanatismo, promulgou uma lei, ordenando "que, quem quer que descrê de Deus e de sua Madre, ou os doestar, que lhes tirem as línguas pelos pescoços e que os queimem".

É, pois, ao tempo dêsse cstranho D. Dinis e da Rainha Santa D. Isabel, por volta de 1320, que em Portugal começou a propagar-se o culto de Nossa Senhora da Conceição. Entretanto, o primeiro apogeu dessa devoção Portugal o deve, cem anos depois, ao condestável D. Nuno Álvares Pereira e ao rei D. Duarte. Eram contemporâneos: o condestável morreu em 1431 e D. Duarte, em 1438, com apenas cinco anos de reinado.

D. Nuno Alvares, entre outras demonstrações, erigiu uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, no Convento do Carmo, em Lisboa, e, com fervor crescente, o templo da mesma invocação em Vila Viçosa.

Por sua vez, estribando-se nos primeiros adeptos da conceição de Nossa Senhora, livre do pecado original, D. Duarte, o Eloquentente, o primeiro rei português a possuir biblioteca⁽⁷⁾, inseriu no seu *Leal Conselheiro* um capítulo inteiro em defesa dessa crença⁽⁸⁾.

A intenção sobrelevava-lhe, sem dúvida, a proficiência da pena ainda mal aparada, mas, de qualquer forma, temos nesse rei literato um discípulo de Santo Anselmo, no que diz respeito à conceição de Nossa Senhora⁽⁹⁾.

Penso ter aduzido o sobejo para mostrar que o culto de Nossa Senhora da Conceição já era muito antigo e aceso em Portugal, ao tempo da fundação da nossa cidade, afastando, dessa maneira, qualquer estranheza em face à devoção predileta do nosso primeiro governador-geral.

AS RAZÕES DA PRIMAZIA DA IGREJA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA

A devoção a Nossa Senhora devia ter-se-lhe arraigado desde cedo e com força envolvente, tais as demonstrações que dela Tomé de Sousa nos deixou. Quando embarcou para a Índia, numa frota de sete naus, em 1535, foi capitão da *Conceição Galega*, como vemos no livro *Recopilação das Famosas Armadas Portuguesas*, de Simão Ferreira Paes⁽¹⁰⁾. Incumbido do estabelecimento do primeiro Governo-Geral do Brasil, é em outra nau, portadora do nome Conceição, que comandou a frota, em 1549.

Tendo, pois, começado dois grandes empreendimentos bem sucedidos da sua vida, sob a égide de Nossa Senhora da Conceição, não deve surpreender que também colocasse debaixo da sua proteção comprovada a tarefa maior em terra hostil, o início da Capital de um novo país a ser dedicada a seu Filho. Selaria a sua oferenda, erigindo-lhe, antes do mais, uma igrejinha, que efetivamente foi, segundo afirmativa de Gabriel de Sousa, a "*primeira casa de oração e obra* em que se Tomé de Sousa ocupou"⁽¹¹⁾.

Como se explica êsse comêço, tão singular em vários dos seus aspectos?

Nesta altura, vejo-me obrigado a empreender, com os afeiçoados por nossa História, uma rápida digressão pelos primórdios da fundação da Cidade do Salvador, os quais, a despeito dos múltiplos retoques sofridos, teimam em permanecer incompletos, confusos e, dessa forma, mal compreendidos por muitos.

Antes do mais, convém nos lembremos que a viagem de Tomé de Sousa à Bahia foi planejada de maneira a eliminar, o mais possível, quaisquer contratempos à chegada da frota, pois estava bem vivo na cõrte o triste fim do primeiro donatário. Francisco Peireira Coutinho, no ano anterior, de 1547, que reavivara as advertências feitas por Pero do Campo Tourinho, em carta de 28 de julho de 46, sôbre o perigo iminente de os franceses ocuparem o sítio abandonado.

As circunstâncias exigiam ação pronta e ponderada.

Traçado o plano de ocupação definitiva e direção centralizada da Colônia, enquanto se aprestavam os navios da expedição e se escolhia a comitiva, mandar-se-iam emissários encarregados da missão de garantir a sua boa acolhida.

Quem veio incumbido de encargo tão importante?

Possuímos dêsses preliminares duas fontes documentais: de Tomé de Sousa e de Francisco d'Andrada.

A primeira se contém no seguinte lembrete do Governador-Geral ao Rei: "Fernão d'Álvares (d'Andrade) (...) no ano atrás do que eu vim gastou muito em mandar esperar a armada de V.A. por um seu sobrinho (...)" (12).

A segunda consta da Crônica de Francisco d'Andrada:

"Tomé de Sousa (...) chegou à Bahia de Todos os Santos (...) onde já havia novas da sua ida por duas caravelas, que el-rei mandara diante notificá-la aos capitães, e foi recebido com muito gôsto e alvorôço de tôda aquela povoação, porque Gramatão Teles, que estava nela, não tinha consigo mais que sós trinta homens, e, ainda que estava de paz com os gentios, não vivia sem grandes receios (...)" (13)

Houve, portanto, dois avisos anunciando a vinda de Tomé de Sousa: um, levado por duas caravelas aos donatários (capitães) das diversas capitánias ocupadas, e outro, enviado exclusivamente à Bahia, a fim de preparar a recepção da frota fundadora.

Qual dessas duas incumbências traria Gramatão Teles?

Era cavaleiro da casa real, que devia ter apreciável fôlha de serviços, pois já fôra capitão da caravela *Duquesa*, em 1527, e assim lhe quadraria qualquer delas. Entretanto, as expressões de Francisco d'Andrada nos dão a entender que Gramatão Teles, com os seus homens, estava à espera da expedição e já um tanto apreensivo pela demora.

Chegaria, pois, com o sobrinho de Fernão d'Álvares, cuja tarefa e vinda direta à Bahia foram referidas pelo próprio Tomé de Sousa, o que não nos permite pô-la em dúvida.

Tal conjetura é reforçada pela comitiva de Gramatão Teles, composta de apenas 30 homens. Estivessem na Bahia, já de volta, também as duas caravelas despachadas em missão especial às do-

natárias, só de tripulação deviam achar-se em sua companhia entre 60 e 100 homens.

Estribo-mc, nesta afirmativa, num estudo de Braamcamp Freire, onde, compulsando a marinagem de 40 caravelas, na maioria pequenas e meãs, segundo os dados constantes do Corpo Cronológico, achei-lhes em média uma campanha de 33 pessoas⁽¹⁴⁾.

Isso pôsto, se houve recado real para o Patriarca da Bahia, é Gramatão Teles que o deve ter trazido, e, considerando a ascendência de Caramuru sobre a indiada, que todos lhe reconheciam, essa preliminar de boa política testemunha o tato da côrte de D. João III.

Entretanto, a carta, que por aí anda transcrita com data de 19 de novembro de 1548, é pelo menos suspeita, por trazer a indicação de vir dirigida pelo rei a Diogo Alvares, *cavaleiro da minha casa*, como apontou Cândido Mendes⁽¹⁵⁾.

Efetivamente, Caramuru não trouxe título nobiliárquico e não consta que aqui o tenha obtido, pois o malôgro do estabelecimento de Francisco Pereira Coutinho não punha em relêvo quaisquer serviços que porventura lhe prestasse. Ao contrário, a reserva, que para com êle Tomé de Sousa sempre parece ter guardado, sugere que as suas relações amistosas com os franceses, longe de merecerem galardão, o haviam tornado suspeito às autoridades portuguesas.

Já mostrei alhures⁽¹⁶⁾ quão compreensíveis, justificáveis mesmo, eram as ligações de Caramuru com os franceses. Êles vinham amiúde, segundo podemos deduzir de Gabriel Soares⁽¹⁷⁾, enquanto, durante longos vinte anos, nem uma única vez Caramuru logrou pôr os olhos em navio português.

Transparecem as reticências da côrte a seu respeito, quando, na confirmação do título de cavaleiro, concedido por Tomé de Sousa a Gaspar Alvares, a carta real de 1554 frisa: "filho de Diogo Alvares Caramuru, que diz ser cavaleiro da minha casa (...)"

Esse documento é de fato autêntico, pois foi por Sousa Viterbo achado na Torre do Tombo, enquanto o teor da carta real a Caramuru, ainda que mencione a data de 1548, só apareceu em 1704, numa questionável certidão tabelioa.

Entretanto, repito, se essa carta, trazida ao nosso conhecimento por Jaboatão, parece apócrifa, apenas por não ser admissível que, em 1548, a secretaria do Paço Real intitulasse Diogo Alvares de cavaleiro, quando, ainda seis anos depois, lhe desconhece a prerrogativa, é, isso não obstante, perfeitamente admissível que recado real houvesse.

Qual seria então o móvel oculto dos termos dessa carta, que só se conheceu por certidão, decorridos cento e cinquenta anos?

Quem nos forneceu uma pista é Gregório de Matos, mordaz e

irreverente, porém indispensável em certas análises sociais do seu tempo. A partir da segunda metade do Século XVII, a mania nobiliárquica parece ter atingido na Soterópole as raías extremas do ridículo, desencadeando verdadeira corrida em busca de veias antigas de sangue azul, principalmente entre os descendentes diretos, colaterais e mesmo afins de Caramuru, visto que o Bôca do Inferno lhes pesega, só a êles, três sátiras das mais candentes, entre as isoladas que dirige a outros. Eis apenas duas amostras inocentes dentre as suas maliciosas evocações dos antepassados caramurus em trajes de gala:

Um calção de pindoba, a meia zorra,
Camisa de urucu, manteu de arara,
Em lugar de cotó, arco e taquara,
Penacho de guarás em vez de gorra.
Que é fidalgo nos ossos cremos nós,
Pois nisso consistia o mor brasão
Daqueles que comiam seus avós. (18)

O título de *cavaleiro da casa real* em documento oriundo da côrte, datado de 1548, ainda que surgido tardiamente, seria antidoto eficaz, contra o veneno sutil do vate irreverente e de tantos invejosos outros.

Voltemos, porém, a Gramatão Teles.

Foi êle quem recebeu Tomé de Sousa, a 29 de março de 1549 dando-lhe conta dos preparativos em geral e das observações pessoais durante a sua estada na Bahia. Depois, apresentar-lhe-ia os moradores europeus da Vila Velha, cujo número, somado aos 30 homens vindos com êle (19), atingiria as 40 ou 50 pessoas referidas por Nóbrega (20).

O que sabemos daí por diante da fundação da Cidade mostra que, muito ao contrário do que levianamente ainda repetem certos historiadores, o governador, com o grosso da sua gente, pousou na Vila Velha apenas alguns dias. Nada de longas excursões pela Bahia, em busca de sítio apropriado à cidade a ser fundada! Com certeza, o experimentado Gramatão Teles também se encarregara do exame preliminar das áreas mais facilmente defensáveis, por sua conformação, do que a Vila Velha. Caramuru ser-lhe-ia nisso de apreciável auxílio, ao menos na esperança de ver distanciados os novos intrusos, que vinham cercar-lhe o domínio absoluto e, principalmente, as suas velhas relações com os franceses amigos.

Ajuda mais direta prestariam a Gramatão Teles, por mais novos, alguns membros da família do patriarca.

Lembro, nessa conexão, que, em 1553, Tomé de Sousa armara cavaleiros da Casa Rcal a Gaspar, Gabriel e Jorge Alvares, filhos de Caramuru e a João de Figueiredo, seu genro. Como vimos, o rei confirmou êses títulos, mas do chefe da grei só se lembra numa sugestiva restrição.

Fato comprovado é que, poucos dias após a sua chegada, Tomé de Sousa e os seus conselheiros haviam abandonado certas sugestões trazidas de Lisboa e assentado a escolha de lugar mais conveniente. Era o trecho compreendido entre a Praça Castro Alves e a Santa Casa da Misericórdia, a Rua do Tijolo, então um fôssco de cerca de 10m de fundura; a de Dr. Seabra e a ladeira da Barroquinha, fechado ao poente, o alto pelo despenhadeiro e o sopé pela sua marinha.

Na primeira quinzena de abril, a esquadra já se achava ancorada na praia fronteira, no espaço onde hoje existem a Escola dos Aprendizes Marinheiros e a Capitania dos Portos.

Montanha acima, os trabalhos estavam progredindo com tal aqodamento, que, ao terminar o mês, estâncias de madeira e uma cerca de paus-a-pique, prestes a acabar, protegiam os chãos da cidade nascente no alto⁽²¹⁾.

Essas obras foram necessariamente precedidas de algumas construções indispensáveis na praia do desembarque: oficinas, armazéns e uma série de ranchos, que serviriam de gasalhado aos mancbos e soldados, ao que nos informa Gabriel Soares⁽²²⁾.

Evidentemente, a frota continuaria surta no pôrto improvisado, servindo de proteção e alojamento, enquanto se não criassem em terra condições de perfeita segurança.

E agora, podemos finalmente tornar ao nosso assunto, entrando na parte específica da nossa exposição, cuja finalidade é fixar as prerrogativas que, cronologicamente, cabem à nossa Conceição da Praia, entre as igrejas da Cidade do Salvador.

Devo declarar, de antemão, que o problema, até recentemente deixado sem solução pelos nossos cronistas, não foi tão difícil de resolver quanto parecia. A chave está, como em tantos sucessos outros, na combinação adequada do testemunho de autores fidedignos com a escassa documentação coeva ao nosso dispor. No caso, os pronunciamentos de Gabriel Soares e do Pe. Nóbrega, com certo mandado do provedor-mor Antônio Cardoso de Barros.

Vejamo-los.

Diz Gabriel Soares em sua insubstituível *Notícia do Brasil*, ainda à espera da sua edição crítica por um grupo de peritos⁽²³⁾: "No principal desembarcadouro está *uma fraca ermida* de nossa Senhora da Conceição, *que foi a primeira casa de oração e obra* em que se Tomé de Sousa ocupou"⁽²⁴⁾.

A qualquer espírito desapaixonado bastaria essa afirmativa de quem conheceu pessoalmente grande número dos fundadores da Cidade para dirimir possíveis indecisões nascidas de pronunciamentos posteriores e, portanto, de valia questionável, a respeito da prioridade da Conceição da Praia.

Temos, porém, mais e melhor.

Na primeira carta que Nóbrega escreveu da Bahia, há o seguinte trecho muito elucidativo, quando pôsto em relação com o tempo em que foi escrito: "Eu prego ao governador e à sua gente *na nova cidade que se começa (...)*" (25).

Pela segunda carta de Nóbrega, escrita da Bahia em 15 de abril de 1549, sabemos que a primeira lórea redigida alguns dias antes.

Ora, como a construção da cidade começou na praia, sendo ali a capela da Conceição a primeira obra de Tomé de Sousa, e vendo agora que antes do dia quinze, quando o mato ainda devia cobrir os altos, o Pe. Nóbrega já pregava na nova cidade, podemos concluir, com bastante segurança, que a primeira igrejainha da Conceição fôra edificada antes de meado daquele mês.

Mas não se esgotam aí os nossos argumentos.

Entre as provisões emitidas na aurora da Soterópole, acha-se a seguinte: "A onze de abril, de 1549, passou o provedor-mor, Antônio Cardoso de Barros, mandado para Cristóvão de Aguiar, *almojarife do armazém e mantimentos desta Cidade do Salvador* (1) da Bahia de Todos os Santos, por que lhe mandou, que mandasse mantimentos às pessoas que tivessem ordenado de el rei, nosso senhor, *da feitura d'ele em diante*" (26).

Interpretamos os dizeres do documento na parte que nos toca ao assunto.

As pessoas que percebiam ordenado por ordem do rei podiam recebê-lo, em parte ou no total, em mantimentos, a partir do dia da inauguração do armazém público. Essas eram as instruções da côrte. No entanto, pelo que se depreende de outros mandados, em geral os pagamentos não eram feitos em dinheiro, mas com gêneros de consumo e mercadorias, *com ferro velho*, diz o mestre-de-obras Luís Dias (27), um tanto queixoso.

Visto que o armazém servia à guarda dos utensílios necessários à construção da cidade, assim como das demais mercadorias, tanto das trazidas do reino como das compradas na terra, foi êle, certamente, uma das primeiras construções da praia.

Por outro lado, do mandado acima se conclui que a 11 de abril o armazém estava pronto ou, pelo menos, prestes a funcionar, já que se davam ordens ao almojarife do mesmo, e, assim sendo, a capela da Conceição, de construção anterior a qualquer outra, devia então estar servindo às práticas, a que Nóbrega se refere em carta daqueles dias (28).

Podemos, portanto, recuar ainda mais, senão o término, pelo menos o início da igrejainha, que cai, sem dúvida alguma, em dia anterior a onze de abril de 1549.

Na Cidade Alta, ao contrário, só depois de montados os baluartes e fechada a cêrca, começou Luís Dias a delinear o repartimento da área disponível.

Seria no curso do mês de maio, porque “ao derradeiro de abril” ainda faltava ultimar a cêrca⁽²⁹⁾.

Levantar-se-iam depois em, primeiro lugar, os edifícios públicos, inclusive uma rústica igreja matriz, de *invocação do Salvador*, mas, durante muitos meses, o movimento maior se concentraria na Ribeira, onde se erguiam as oficinas, os depósitos, os ranchos dos artifices e obreiros; ali continuavam ancorados os navios. Mourejariam na Ribeira os marinheiros, os pescadores, os calefates, os funcionários e serventes dos armazéns, além da maioria dos mestres, oficiais e ajudantes.

É por isso que, decorridos dois anos da sua fundação, Antônio Cardoso de Barros ainda acha a Cidade Alta “mui vazia, assim de casas como de gente”⁽³⁰⁾.

Também o mestre-de-obras Luís Dias dá a entender que, em 1551, nem todos os quarteirões do acanhado recinto estavam totalmente ocupados por edifícios⁽³¹⁾.

Compreende-se do exposto que, por muito tempo, continuaria fraca a freqüência da matriz da Cidade Alta, levantada com auxílio dos jesuítas, por ordem expressa do rei, “à honra e louvor de Nosso Senhor Jesus Cristo”⁽³²⁾ e cujo vigário perpétuo, Manuel Lourenço, foi por êle nomeado, a 18 de fevereiro de 1549, quando a frota de Tomé de Sousa já deixara Lisboa e ia longe⁽³³⁾.

Não sabemos quando e com quem o Pe. Manuel Lourenço veio ter à Bahia; temos, porém, a prova de sua presença e do funcionamento da Igreja do Salvador, em outubro de 1549, por um mandado do governador, de 8 daquele mês, que ordena a entrega de uma arrôba de cêra para o serviço da dita igreja⁽³⁴⁾.

Mesmo assim, ainda sete meses depois, a 21 de maio de 1550, Tomé de Sousa classifica expressamente a igreja da Conceição de “igreja principal desta Cidade do Salvador”, num mandado em que ordena ao tesoureiro das rendas, “que fizesse de oito varas de ruão dois frontais para a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e igreja principal desta Cidade do Salvador, três côvados de torresilha e um pano para tumba dos finados, as quais peças entregaria ao prior da dita igreja”⁽³⁵⁾.

É, pois, incontestemente a dupla primazia: a da procedência no tempo e a da intensidade dos serviços religiosos da Conceição da Praia sobre a segunda igreja da cidade e primeira da Cidade Alta, de *invocação do Salvador*, no testemunho do próprio rei D. João III, quando, na carta de instituição do primeiro bispo da Bahia, de 4 de dezembro de 1551, afirma: “supliquei ao Santo Padre Julio 3, que (...) levantasse em Igreja Episcopal e Catedral a Igreja do Salvador, da Cidade do Salvador (...)”⁽³⁶⁾.

Onde ficava essa primeira Sé, a Sé de Palha, na bôca do povo? Sabemo-lo exatamente e ainda por Gabriel Soares, quando,

ao descrever a rua que liga as praças Tomé de Sousa e Castro Alves, a Rua Chile de hoje, nos diz: "no tôpo dela (olhando da Praça Castro Alves) está (em 1584) uma formosa igreja de Nossa Senhora d'Ajuda (...) no qual sítio, no princípio desta Cidade, esteve a Sé" (37).

Portanto, só houve Igreja da Ajuda quando se transferiu a Igreja do Salvador para a Sé definitiva, começada no segundo semestre de 1552, mas acabada apenas no govêrno de Mem de Sá. Ainda em 1557, Nóbrega nos informa que a Sé estava por fazer (38).

A Ajuda, portanto, foi cronologicamente o terceiro templo da cidade (39). A sua edificação é posterior a 1560, mas provavelmente anterior a 1570, pois Gabriel Soares, que arribou à Bahia em 1569, já não conheceu a primitiva capela do Salvador, que de forma alguma se identifica com a "formosa igreja de Nossa Senhora d'Ajuda com a sua capela de abóbada" (40), que à sua chegada deve ter encontrado pronta, já que nada nos diz da sua construção.

O AMBIENTE DA CAPELA DA CONCEIÇÃO, DE TOMÉ DE SOUZA

Da importância inicial da capela da Conceição infere-se a preponderância populacional do casario a beira-mar, a Povoação da Praia chamada, ou, simplesmente, a Ribeira. Esta compreendia, nos primeiros tempos, a Ribeira do Góis e a Ribeira dos Pescadores, às quais iam ter dois caminhos, cujo traçado até hoje não foi fixado nem aproximadamente, por falta de cuidadosa análise dos documentos contemporâneos.

O primeiro, com o tempo apelidado de Ladeira da Conceição, partia da Praça Tomé de Sousa, entre o palácio do govêrno e a encosta da montanha, formando um cotovêlo, dominado pelo Baluarte São Tomé, no ângulo inferior da Praça Castro Alves (41).

Foi o seu construtor o multiface Filipe Guilhem, como êle mesmo afirma numa carta ao rei (42). Ficaria pronta antes das trovoadas do fim de 1549, como se deduz da sua exposição. Êsses aguaceiros caem regularmente nestas latitudes de novembro para dezembro (43), e, como declara na mesma carta, depois de terminar a ladeira, só não se lhes antecipou numa viagem de prospeção de minérios auríferos à região de Pôrto Seguro, por ter de substituir o ouvidor, que, como é do nosso conhecimento, seguiu a 1.º de novembro de 1549 às capitâneas do Sul, em viagem de inspeção.

Mas, a Ladeira da Conceição, muito íngreme, era de trânsito extremamente penoso, quando não impossível para veículos pesados.

É o que se deve ter verificado nas primeiras tentativas, que

datam de novembro do mesmo ano de 49, pois é também de 1.^o dêsse mês que principia a vencer ordenado o carreiro mais antigo, que encontramos registrado nos *Documentos Históricos* (44). Parece que, até então, as cargas mais pesadas eram locomovidas por meio de zorras ou de rolos. Dêsses últimos há menção expressa (45).

A maneira pela qual os dirigentes das obras remediaram a dificuldade evidencia-se claramente da comparação de um trecho de Gabriel Soares com certo mandado de pagamento.

Eis o passo-chave de Gabriel Soares: "O caminho que está da parte do sul é serventia para Nossa Senhora da Conceição, aonde está o desembarcadouro geral das mercadorias, ao qual desembarcadouro vai ter outro caminho de carro, por onde se estas mercadorias e outras cousas, que aqui se desembarcam, levam em carros para a Cidade" (46).

Não é difícil conjecturar, com relativa segurança, o traçado aproximado dessa segunda via de comunicação entre a Ribeira e a Cidade Alta. As duas Ribeiras, a do Góis, defronte da capela da Conceição, e a dos pescadores, mais ao sul, à altura da velha Fonte das Pedreiras, estavam evidentemente ligadas por uma artéria ao longo da praia, da qual encontramos referências em documentos posteriores (47). Dela deve ter partido o caminho de carro, seguindo pela Ladeira da Preguiça e da Gameleira, provavelmente em busca da Porta de Santa Luzia, à entrada do largo, que hoje é a Praça Castro Alves.

Esse caminho de carro mencionado por Gabriel Soares é, sem dúvida alguma, o que foi feito de empreitada por Jorge Dias para a Ribeira dos Pescadores, pelo preço de Rs. 3\$540, segundo lemos ainda nos *Documentos Históricos* (48).

Essa nossa convicção estriba-se nos fatos seguintes:

Mesmo no tempo de Gabriel Soares não passavam de dois os caminhos para a Ribeira da Conceição, dos quais, como vimos acima, o primeiro fôra terminado em fins de 1549, por Filipe Guilhem. O de Jorge Dias foi aberto depois, visto que o respectivo mandado de pagamento traz a data de 12 de julho de 1550.

E a Ladeira da Misericórdia?

Ainda que alguns cronistas a incluam nas obras iniciais da fundação da cidade, não creio tenha ela existido nos primeiros anos. Não se encontra a ela a mínima referência nos documentos coetâneos, e, além do mais, não havia incentivo algum à sua feitura, numa época em que a utilização permanente da praia em direção ao norte não ultrapassava o Largo da Alfândega.

Provavelmente a Ladeira da Misericórdia não se construiu antes do recuo do cinto protetor ao norte da cidade, de junto da Biblioteca Pública, para uma linha aproximadamente indicada

pelo seguimento, através da Praça da Sé, partindo aproximadamente da face lateral do Arcebispo, que olha para o Cinema Excelsior.

Como demonstrei em outro estudo⁽⁴⁰⁾, essa transposição foi anterior a 1557.

Simultaneamente se armou uma plataforma entre a Sé e o despenhadeiro. Só depois de protegida a marinha fronteira por essa fortificação, transferiu-se para ali o Pôrto das Naus e o desembarcadouro da gente, que Gabriel Soares encontrou⁽⁵⁰⁾.

A Ladeira da Misericórdia foi, por conseguinte, primordialmente serventia entre a Cidade Alta e o Pôrto das Naus, como a Fonte do Pereira, antes do mais, foi aguada dos navios, pois, consoante nos informa Luís Dias, mestre das obras, no seu tempo não faltava água muito boa no recinto fortificado⁽⁵¹⁾. Essa fonte do Pereira ficava a beira-mar, à entrada inferior da Ladeira da Montanha, hoje dentro do paredão, no ponto assinalado por uma lápide de mármore, ali colocada pelo Touring Clube, algum tempo após de haver sido arbitrariamente vedado o seu grande nicho de escada e abóbada pelo proprietário do terreno e prédio contíguo⁽⁵²⁾.

Tanto êsse desenvolvimento da orla marítima, muito mais vagaroso do que geralmente admitido, de harmonia com o crescimento da Cidade Alta, em direção ao Terreiro, como também as duas ladeiras para a Ribeira são assuntos que exigem uma tomada de posição a respeito dos pontos em que se erguiam as fortificações da praia.

Sabemos que se restringiam a dois baluartes; mas, onde ficavam?

A *História da Fundação da Cidade do Salvador*, de Teodoro Sampaio⁽⁵³⁾, principalmente através da planta entre as páginas 184 e 185, deu, tanto dos fortes, como dos caminhos, impressões um tanto desnorteantes.

Delineado, havia anos, para servir de *História ao Primeiro Século de Existência da Cidade*, êsse último trabalho de Teodoro Sampaio foi confinado posteriormente aos anos da sua fundação. Como é fácil compreender, a modificação no plano exigiu do autor uma série de emendas e a refundição completa de certos capítulos, que, acrescidas da indispensável atualização imposta por novas achegas, constituíam tarefa de que a vida não mais lhe permitiu desincumbir-se cabalmente.

Da operosidade um tanto afoita do nosso prolífico Alberto Silva, à qual, em última análise, devemos a publicação póstuma da *História da Fundação*, não veio, assim, a constituir, sob alguns aspectos, o serviço ímpar, que o nome do seu autor insinua. Ao lado do inegável estímulo à pesquisa, contém juízos e hipóteses insustentáveis, em face à documentação disponível na época.

Se, na planta referida, a parte da Cidade Alta existente ao tempo de Tomé de Sousa pouco se alterara, não podemos afirmar o mesmo da encosta da Montanha e, principalmente, da praia.

É que essa planta, reproduzida incompletamente do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde, por sua vez, está truncada, só foi elaborada algum tempo depois de 1612 e mostra, não como então se apresentava a Cidade Baixa, mas como os técnicos, provavelmente sob a inspiração de Francisco Frias de Mesquita, pretendiam reformá-la, pelo menos na parte das defesas.

O verdadeiro aspecto da Ribeira da Conceição, nos primeiros anos do Século XVII, aparece num exemplar da *Razão do Estado do Brasil* existente no Pôrto e, neste, as modificações sugeridas, já incorporadas na planta do código guanabarino, ainda aparecem numa fôlha superposta⁽⁵⁴⁾.

Portanto, essa planta da *História da Fundação da Cidade do Salvador* representa uma Soterópole que nunca existiu. Não há fontes primárias coevas de escadas entre os dois planos, nem mesmo, como vimos, da Ladeira da Misericórdia. Tampouco existia o passadiço de alvenaria, que ligaria à praia da Conceição o antigo Baluarte de Góis, construído por Luís Dias⁽⁵⁵⁾, chamado de *Forte sobre a Laje do Pôrto*, na *Razão do Estado do Brasil* e até de *Forte do Mar*, na *Planta da Restituição da Bahia*, de 1631, por João Teixeira Albernaz, que assim deu início à deplorável confusão entre a Estância da Laje, na praia da Conceição, e o Forte de São Marcelo, muito posterior e muito mais afastado, como claramente provou Luís Monteiro da Costa⁽⁵⁶⁾.

Esses arrecifes, que serviram de embasamento ao Baluarte de Góis, por vêzes chamados *Laje (da Praia)*, foram bem mais tarde recobertos pelo atêrro, em que hoje se ergue a Escola dos Aprendizes Marinheiros.

No entanto, diversas plantas setecentistas daquele trecho não deixam dúvidas quanto à sua localização, pelo menos muito aproximada.

A mesma certeza já não decorre das referências ao *Baluarte Santa Cruz*.

Luís Dias apenas registra: "e no outro cabo da Ribeira fizemos outra estância, que se chama Santa Cruz"⁽⁵⁷⁾.

Informação valiosa esta, embora incompleta no que diz respeito ao local do segundo reduto. Valiosa, porque da expressão: "no outro cabo da Ribeira fizemos outra estância" se conclui forçosamente que a Ribeira era delimitada por dois baluartes: o de Góis e o de Santa Cruz.

Mas, em que direção do Baluarte de Góis ficava o de Santa Cruz?

A citada planta do livro de Teodoro Sampaio insinua que a Estância Santa Cruz era localizada, senão no ponto ocupado pela igreja do Corpo Santo, pelo menos em outro muito próximo.

Diversos estudiosos do assunto pensam assim, apenas fiados na tal planta. E devo confessar que durante algum tempo eu não dispunha de argumentos bastantes para impugnar-lhes a opinião. As vastas proporções atuais dos aterros da Cidade Baixa sugerem naturalmente, à primeira vista, que a Ribeira primitiva se devia estender em direção e mesmo além do Corpo Santo.

Mera ilusão!

O Baluarte Santa Cruz ficava na Preguiça, possivelmente nas Pedreiras.

Vimos, há pouco, que, a 12 de julho de 1550, foi emitido, a favor de Jorge Dias, um mandado de pagamento pela construção de um caminho para a Ribeira dos Pescadores, o caminho de carro mencionado por Gabriel Soares, porque outro não houve a par da Ladeira da Conceição.

Por outro lado, sabemos por umas cartas de sesmaria, constantes do *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento* ⁽⁵⁸⁾, que a Ribeira dos Pescadores, também chamada o Pôrto dos Pescadores, correspondia à marinha da Preguiça, defronte das Pedreiras, onde ainda existe antiga fonte, que delas tomou o nome ⁽⁵⁹⁾.

Entretanto, que o Baluarte Santa Cruz se situava, ou melhor, marcava, por assim dizer, o fim da Ribeira dos Pescadores, só me atrevi a sustentar ao descobrir o mandado seguinte: "A vinte e oito do dito mês e ano (agosto de 1550) passou o Governador mandado para o dito Tesoureiro, que pagasse a Francisco Pires, pedreiro, três mil e setecentos reis em mercadoria, por fazer de empreitada uma casa *junto ao Baluarte Santa Cruz, na Ribeira dos Pescadores* (...)" ⁽⁶⁰⁾.

Aí está: o Baluarte Santa Cruz erguia-se na Ribeira dos Pescadores; protegia, segundo o construtor da cidade, o extremo sul Ribeira e, ao depois, também a parte baixa da segunda ladeira, que, antes de passar um ano da fundação da Cidade, veio completar a ligação entre a parte alta e a Povoação da Praia, comprimida entre os baluartes do Góis e de Santa Cruz.

É nesses limites primitivos da Ribeira, da povoação em volta à Conceição da Praia, entre o Mercado Modelo e a Fonte das Pedreiras, que assentam as retificações, que tomei a liberdade de acrescentar ao tema restrito desta exposição. Delas surge uma visão algo diferente, mas estritamente documentada e despida de certos berloques de fantasia, que a vêm desfigurando de longa data.

CONCLUSÕES

1.º — O culto a Nossa Senhora da Conceição, em Portugal, remonta à terceira década do Século XIV.

2.º — Da devoção de Tomé de Sousa a Nossa Senhora da Conceição temos dois testemunhos anteriores à fundação da nossa igreja.

Em sua viagem à Índia, no ano de 1535, escolheu o comando da nau Conceição Galega, e Conceição ainda foi o nome da sua capitânia na frota de 1549.

3.º — A capela primitiva da Conceição da Praia foi, sem dúvida alguma, a primeira igreja levantada na Cidade do Salvador. Ela data da primeira metade do mês de abril de 1549, devendo o início da sua construção ser anterior ao dia 11 daquele mês.

4.º — Por diversos anos, a Povoação da Praia constituiu o núcleo mais povoado da cidade. Daí a grande freqüência da sua igreja-jinha, que, embora pobre, era assim a mais importante da Cidade do Salvador.

5.º — A primitiva *Ribeira*, ou *Povoação da Praia*, estendia-se no trecho limitado, em seu comprimento, pelo Mercado Modelo e a Fonte das Pedreiras.

6.º — Apenas duas ladeiras ligavam inicialmente a Cidade Alta à Ribeira, assim circunscrita: a Ladeira da Conceição, propriamente dita, feita por Filipe Guilhem, e o caminho de carro, ou, sugestivamente, a Ladeira da Preguiça, mais longa e muito mais suave, da qual foi empreiteiro Jorge Dias.

7.º — O âmbito restrito da primitiva Ribeira explica a falta de qualquer alusão documentada à Ladeira da Misericórdia durante os primeiros tempos. Não havendo carência de água na Cidade Alta, esse caminho só deve ter sido aberto quando a Cidade começou a estender-se para dentro da Bahia, ou seja, de 1552 em diante.

8.º — Finalmente, da nossa exposição ressalta que são insustentáveis as hipóteses avançadas no *Santuário Mariano*, tomo IX, título 47, por Frei Agostinho de Santa Maria, tanto a respeito dos fundadores da capela, quanto à sua ereção em igreja paroquial. Vimos, pelos documentos citados, que o seu fundador foi o próprio Tomé de Sousa e que, em 1550, éle a classifica de "igreja principal da Cidade do Salvador", emitindo um mandado a favor do seu prior.

FREDERICO G. EDELWEISS

- 1 Nasceu em 1261. Reinou durante 46 anos, de 1279 a 1325.
- 2 Pimentel, Alberto. *História do Culto de N. Senhora em Portugal*. Lisboa, Guimarães, Libanio, 1899: p. 73, 125, 28. — Santa Maria, Agostinho de (Frei). *Sanctuário Mariano*. Lisboa, s.c.p., 1707. Tomo 1, livro 1, título 11.
- 3 Ibid.; *ibid.*
- 4 Ibid., p. 74; *ibid.*
- 5 Camões, Luiz de. *Os Luziadas*. Canto III, oitava 98.
- 6 Ferreira, Antonio. *Poemas Luzitanos*. Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1598. F 200. (A 2.^a edição também é de Lisboa, em 1771).
- 7 Silva, Inocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa, s.c.p., s.d. v. 1, p. 203.
- 8 Dom Duarte, Rei de Portugal. *Leal Conselheiro*. Ed. crítica. Lisboa, Bertrand, 1942. cap. 35 ("Do que parece sôbre a concepçom de nossa senhora sancta Maria").
- 9 Pimentel, op. cit., p. 128. — Santo Anselmo, 1033-1109, foi Bispo de Canterbury.
- 10 Paes, Simão Ferreira. *Recopilação das Famosas Armadas Portuguezas*. Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, 1937. p. 261.
- 11 Soares de Souza, Gabriel. *Notícia do Brasil*. Editado por Pirajá da Silva. São Paulo, s.c.p., s.d. v. 1, p. 264 (Bibliotheca Histórica Brasileira).
- 12 Souza, Thomé de. "Carta da Bahia; 18 de julho de 1551". In: *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Pôrto, s.c.p., 1924. v. 3, p. 362.
- 13 Andrada, Francisco d'. *Crônica de D. João III*. Editado por Jorge Rodrigues. Lisboa, s.c.p., 1613. Parte 4, cap. 32, F38-9.
- 14 Freire, A. Braamcamp. *Expedições e Armadas nos Anos de 1488 e 1489*. Lisboa, Ferin, 1915. 112 p.
- 15 Almeida, Cândido Mendes de. Quem Levou a Notícia da Descoberta do Brasil. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro*. Rio de Janeiro (39, parte 2): 23, 1876. — Varnhagen, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. São Paulo, s.c.p., s.d. v. 1, p. 297-8.
- 16 Edelweiss, Frederico G. O Quarto Centenário da Morte de Caramuru. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, 81: 295-303, 1957.
- 17 Soares de Souza, op. cit., v. 1, p. 286. — Cf. Neiva, Artur. Diogo Álvares Caramuru. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro, Acad. Bras. Let., 1 (3): 185-210, 1941. — Staden, Hans. *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro, Acad. Bras. Let., 1930. parte 1, p. 112. (No que diz respeito à região fluminense, afirma que os franceses costumavam visitar os Tupinambás todos os anos).
- 18 Mattos e Guerra, Gregório de. *Obras: Sátirica*. Rio de Janeiro, Acad. Bras. Let., 1929. v. 4, p. 48-50.
- 19 Andrada, op. cit., F38-9.
- 20 Nóbrega, Manuel da (Pe.). *Cartas do Brasil*. Rio de Janeiro, Acad. Bras. Let., 1931. p. 71.
- 21 Andrada, op. cit., F38-9.
- 22 Soares de Souza, op. cit., v. I, p. 247.
- 23 Ibid., p. 264.
- 24 Na medida em que se desenvolveu a Cidade Alta, com a Sé, a Ajuda e outros templos, a igreja da Conceição passou, temporariamente, a segundo plano.
- 25 Nóbrega, op. cit., p. 72.
- 26 *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1937. v. 38, p. 189, mandado 1.
- 27 Dias, Luiz. Carta a Miguel de Arruda, de 13 de julho de 1551. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 57: 24, 1939.
- 28 Serafim Leite, editor, sugere para ela a data de 10 de abril. In: Nóbrega, Manuel da (Pe.). *Opera Omnia*. Coimbra, Universidade, 1955. p. 17.
- 29 Andrada, op. cit., F38-9.

- 30 Barros, Antônio Cardoso de. Carta a El Rei, de 30 de abril de 1551. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 57: 19, 1939.
- 31 Dias, op. cit., loc. cit., p. 25.
- 32 Op. cit. nota 26, v. 35, p. 223.
- 33 Ibid.
- 34 Ibid., v. 37, p. 96. Manuel Lourenço deve ter vindo em algum transporte avulso, após a saída da frota, trazendo a ordem do levantamento do templo, à vista dos termos da sua provisão, de 18 de fevereiro de 1549: "..... da igreja que novamente mando edificar". Ibid., v. 35, p. 223. Note-se, no mesmo volume, p. 121: "..... a igreja do Salvador, da Cidade do Salvador".
- 35 Ibid., v. 37, p. 168, n.º 444.
- 36 Ibid., v. 35, p. 121.
- 37 Soares de Souza, op. cit., v. 1, cap. 11.
- 38 Nóbrega, op. cit. nota 28, p. 263.
- 39 A Vila Velha não fazia parte da Cidade do Salvador.
- 40 Soares de Souza, op. cit., v. 1, cap. 11.
- 41 Salvador. Mosteiro de São Bento. *Livro Velho do Tombo*. Salvador, Tip. Benedictina, 1945. p. 359-360. A posição aproximada do Baluarte São Tomé ressalta de traslado de sesmaria publicado nesse livro.
- 42 "Como entrar o verão, que será o tempo em que os rios trazem menos água, os irei buscar (os minérios de ouro da região sertaneja de Pôrto Seguro), o que não fiz o verão passado, por causa de estar enquanto aqui esteve o ouvidor, ocupado em fazer o caminho da Ribeira para a Cidade e, depois de partido a visitar as capitânias, por êle faltar e ocupar-me Tomé de Souza em ter carrego da justiça.....". Guiihem, Filipe. "Carta de 20 de julho de 1550". In: *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Pôrto, s.c.p., 1924. v. 3, p. 360.
- 43 São por isso chamadas de águas de Santa Bárbara (4 de dezembro), ou de águas da Conceição (8 de dezembro).
- 44 Op. cit. nota 26, v. 37, p. 250, n.º 641; p. 29, n.º 65; p. 34, n.º 76.
- 45 Ibid., p. 8, n.º 18. Entretanto, não se indica a finalidade dos rolos.
- 46 Soares de Souza, op. cit., v. 1, p. 256-7.
- 47 Salvador. Mosteiro de São Bento, op. cit., p. 360, linha 5.
- 48 Op. cit. nota 26, v. 37, p. 172, mandado 453.
- 49 Conferência feita no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a 29 de março de 1958, com o título: As Primeiras Igrejas, as Casas dos Jesuítas, o Muro e as Portas Setentrionais da Cidade de Tomé de Souza. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, 82, 1969.
- 50 Soares de Souza, op. cit., v. 1, p. 256-7.
- 51 Dias, op. cit., loc. p. 25.
- 52 Dela, já dei a descrição na revista *Rotary Bahiano*. Salvador, 16: 24. out. 1940. A inscrição reza: "Aqui houve a Fonte do Pereira até o ano de 1912, sendo estabelecida em 1599 (?) por um individuo de tal nome. Nela se abasteciam os navios da preciosa água, quando neste lugar batia o mar, que foi sendo recuado à proporção que se foram constituindo cais de que o atual é o terceiro".
- 53 Sampaio, Teodoro. *História da Fundação da Cidade do Salvador*. Salvador, Secretaria da Educação e Saúde do Estado, 1949.
- 54 Dias, op. cit., loc. cit., p. 25.
- 55 Costa, Luiz Monteiro da. *Certidões de Nascimento da Fortaleza de Nossa Senhora do Pópulo*. Salvador, Manu, 1954. p. 28-31.
- 56 Ibid., p. 73-87.
- 57 Dias, op. cit., loc. cit., p. 25.
- 58 Salvador. Mosteiro de São Bento, op. cit., p. 360, 363 e outras.
- 59 *Rotary Bahiano*. Salvador, 16: 22-3, out. 1940.
- 60 Op. cit. nota 26, v. 37, p. 266, mandado 655.